

**HABEAS CORPUS Nº 493.886 - SP (2019/0046060-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ANTONIO MARCOS PEREIRA DA SILVA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : THIAGO CESAR DE LIMA SATO - SP355765**  
**ANTONIO MARCOS PEREIRA DA SILVA - SP0370696**  
**SILVIO ADRIANO CANABARRA - SP388227**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALISSON MACHADO SANTANA (PRESO)**

**DECISÃO**

**ALISSON MACHADO SANTANA**, paciente neste habeas corpus, alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão do Desembargador relator do HC n. 2018246-49.2019.8.26.0000, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu o pedido liminar lá formulado.

Nesta Corte, requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, por entender que o paciente tem o direito de responder em liberdade ao processo – por meio do qual foi condenado à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito de roubo majorado –, diante da alegada ausência de fundamentação para a decretação da sua prisão preventiva na sentença.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), **não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.**

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ

quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, muitas vezes com a difícil reversibilidade da tutela eventualmente concedida, por magistrado distante dos fatos articulados no pedido e que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, que acabam por, premidos pelo dever de prestar jurisdição, sacrificam as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

O **prejuízo** da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acenar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência**. É que, dadas as **limitações estruturais e funcionais** de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias **consequências**: (a) retardo no deslinde das

centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, anteriormente distribuídas (com prioridade temporal, portanto), com igual relevância temática e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) antecipação, com eventual preclusão do reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o sagrado direito de acesso ao Judiciário e o dever de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

Na espécie, noto que o Desembargador relator considerou, em análise perfunctória, que a decretação da prisão está devidamente fundamentada e não apresentava teratologia a justificar a concessão da medida liminar requerida.

O Juiz de primeiro grau, por ocasião da prolação da sentença, negou ao paciente o direito de responder em liberdade ao processo e decretou a sua prisão preventiva, pois "embora primário, **após os fatos foi autuado em flagrante delito pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes** (autos 0005002-87.2017.8.26.0637 – fls. 161), **devendo se consignar ainda que, conforme revelou a vítima, Alisson, por duas vezes, o ameaçou de morte em via pública.** Tudo isso evidencia má conduta social e risco à ordem pública, ante a reiteração criminosa" (fl. 48, grifei).

Tais fundamentos justificam, por conseguinte, a necessidade de decretação da prisão preventiva do paciente, notadamente em virtude de haver sido preso em flagrante pela suposta prática de novo crime de tráfico de drogas enquanto respondia ao processo crime objeto deste *writ*, o que denota o risco de reiteração criminosa.

Portanto, **inexiste ilegalidade flagrante** na decisão que indeferiu o pedido liminar no prévio *mandamus*, **que autorize a mitigação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal**, razão pela qual não há espaço para a imediata interferência deste Superior Tribunal de Justiça.

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefero liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

*Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

